

GABINETES LOTADOS

A Câmara tem 503 deputados, 3,2 mil funcionários de carreira e quatro mil servidores não-efetivados. A média é de 143 funcionários para cada deputado. Do total de parlamentares, 164 empregam parentes. Em outros tempos, esse número foi maior. E mesmo nos gabinetes dos líderes dos pequenos partidos há um grande número de assessores. O PC do B, com 5 deputados, tem 11.

MÉDIA ALTA

Caso reunisse todos os servidores num único dia de trabalho, hipótese muito pouco provável, o Senado abrigaria 81 parlamentares, 2,5 mil funcionários de carreira e 1,5 mil funcionários da gráfica, além de mil funcionários do Prodasen, o serviço de processamento de dados da Casa. Tais números representam a média invejável de 61 servidores para cada parlamentar.

MARIA FUMAÇA

Depois da repercussão negativa provocada pela divulgação de "trens da alegria", o Congresso reduziu a frequência com que contrata em massa amigos e parentes de parlamentares. As iniciativas mais célebres do gênero ocorreram na Câmara em 1979, durante a gestão de Flávio Márcilio, com o embarque de 800 "passageiros", e no Senado em 1984, na administração de Moacyr Dalla, com 1,5 mil "passageiros".

FOLHA PESADA

Os salários dos funcionários que prestam serviços aos parlamentares podem chegar a Cr\$ 18 milhões, se o servidor tiver nível superior. Os servidores de nível médio têm rendimentos na faixa de Cr\$ 9 milhões. Em dezembro, a folha de pagamento da Câmara foi de Cr\$ 104 bilhões e a do Senado, de Cr\$ 110 bilhões.

FILA DE ESPERA

Embora os parlamentares costumem gastar mais tempo na discussão dos projetos mais relevantes, os números ainda comprometem o Congresso. Em 1991, foram apresentados 2.475 projetos e votados 133. Em 1992, dos 974 apresentados, só 39 foram votados.

BREQUE NOS VENCIMENTOS

Há três anos os vencimentos dos parlamentares oscilam em faixas que se aproximam dos cem salários mínimos. Em janeiro de 1989, deputados e senadores recebiam o equivalente a 143,4 salários mínimos. Em julho, os rendimentos tinham caído para 92,7 salários.

Em 1990, variaram de 148,4 a 153,1 salários. Em 1991, estiveram entre 116,7 a 153,1 salários. Protestos parecem ter contribuído para, em 1992, baixá-los a índices menores. Em janeiro, foram a 97,3. Em dezembro, chegaram a 74,7 salários, ou Cr\$ 39 milhões.

Vícios do Congresso prejudicam campanha

RITA TAVARES

BRASÍLIA — Cerca de 500 líderes da Força Sindical que ouviam a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) falar sobre o parlamentarismo, na semana passada, só trocaram a descrença pela esperança quando ela se valeu de seu mais forte argumento para demonstrar que o novo sistema de governo tem vantagens: com ele, a Câmara pode ser dissolvida. A informação foi o suficiente para Sandra ganhar apoio. Até então, para os sindicalistas, as deficiências do Congresso — do nepotismo ao fisiologismo, passando pelos altos salários ou pelos projetos inúteis — eram a melhor prova do despreparo de deputados e senadores para assumir o comando do País.

Parlamentarista militante, o líder do PSDB na Câmara, José Serra (SP), aposta que a ameaça de dissolução obrigará os parlamentares a se comportarem bem melhor. Afinal, ninguém vai querer perder o mandato antes da hora. Mas Serra reconhece que o novo sistema não é vacina contra o vírus do fisiologismo e outras mazelas legislativas. "Só que, no parlamentarismo, as amarras aos fisiológicos são maiores e mais eficientes", pondera. E a maior é mesmo a dissolução da Câmara, que poderá ocorrer quando a maioria dos deputados, que escolhe o primeiro-minis-

tro, negar-lhe apoio. "É o fim da barganha", diz Sandra, lembrando negociações famosas como a que deu cinco anos de mandato para o ex-presidente José Sarney ou a que tentou evitar o processo de impeachment.

Orçamento — A Frente Parlamentarista reconhece que seus adversários terão munição fácil no dia-a-dia do Congresso para tentar desmoralizar o Legislativo e, assim, barrar o parlamentarismo. A cada final de ano, a Comis-

"Um Parlamento que se deu tantas regalias pode assumir os poderes executivos do Brasil?", pergunta Darcy Ribeiro

são Mista de Orçamento esbanja fisiologismo. "O que acontece lá é o caos", atesta o deputado Paulo Hartung (PSDB-ES), prefeito eleito de Vitória. No ano passado, ele e um grupo de deputados apresentaram medidas para moralizar a comissão. Tudo ficou esquecido numa gaveta com o beneplácito dos líderes dos maiores partidos do Congresso, responsáveis pela escolha dos 120 parlamen-

tares da comissão que disputam para onde vai o dinheiro público. O deputado José Geraldo (PMDB-MG), parceiro dos empreiteiros no ano passado, voltou à comissão e já sofre novas acusações por integrar esquemas de distribuição de verbas para construção de estradas.

"A comissão contribui para o desgaste do Legislativo", afirma o senador Espiridão Amin (PDS-SC), um dos que tentaram modificar o grupo. "Os grandes partidos não quiseram." Mas todos os críticos da comissão estendem as queixas ao Executivo, porque as verbas negociadas pelos parlamentares são liberadas pelos ministérios. "O que acontece aqui acontece lá", atesta Aloizio Mercadante (PT-SP), julgando o argumento suficiente para responder aos presidencialistas.

A atual disputa pela presidência da Câmara já está na lista de munição contra o sistema parlamentarista. A plataforma do deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE) é um exemplo acabado de corporativismo. Ele diz repudiar o fisiologismo, mas promete benesses administrativas a seus eleitores: dos avanços tecnológicos, passando por um plano de saúde para os deputados, funcionários e suas famílias, até uma infra-estrutura que melhore a distribuição de lápis e papel aos gabinetes. Foi o que bastou para ganhar apoio de representantes de todos os partidos. De Chico Vigilante (PT-DF) a Nilson Gibson (PMDB-PE), passando pelo bloco conservador que vol-

ta ao poder com Inocêncio, a maioria da Câmara ficou sensibilizada com as promessas do pefelista. "Imagine como vai ser o processo de escolha do primeiro-ministro?", insinua o deputado Miro Teixeira (PDT-RJ).

Regalias — Sob o comando do senador Marco Maciel (PFL-PE), a Frente Presidencialista começa a preparar sua ofensiva e o Congresso foi incluído, de imediato, como um dos alvos prediletos. Encarregado de redigir o mani-

"Se esperarmos ter um Congresso perfeito para mudar, não mudaremos nunca", avalia o deputado Paulo Mandarino

festo do movimento, que será lançado oficialmente no mês que vem, o senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ), um político dos mais afinados com o governador Leonel Brizola, mostrou que não tem papas na língua para falar dos adversários. "Um parlamentarismo que se deu tantas regalias — ou que graciosamente as recebeu da ditadura militar, quando estava impedido de legislar — pode assumir os

poderes executivos no Brasil?", pergunta Darcy Ribeiro em seu manifesto, antecipando o tipo de discurso que Brizola fará, quando começar a campanha do plebiscito pela televisão.

Mais delicado nas palavras, Maciel prefere dizer que falta "vocação" ao político brasileiro para assumir o parlamentarismo. E é justamente esse o argumento que está tirando Miro do bloco dos parlamentaristas para o dos presidencialistas. "É o que estou vendo que me faz mudar", afirma Miro.

Nepotismo — Os deputados que empregam parentes em seus gabinetes ou nos dos amigos já entraram em choque com Miro Teixeira. O número já foi maior, mas dos 503 deputados pelo menos 164 ainda praticam o nepotismo. Quando souberam que Miro queria tirar os atuais empregados e proibir novas contratações de parentes até o terceiro grau, a mobilização foi rápida. Nilson Gibson, por exemplo, atacou a ideia do plenário da Câmara. Se os conservadores se uniram e mantiveram filhas, mulheres e cunhados nos gabinetes, os pequenos partidos de esquerda trabalharam juntos para arquivar uma proposta que acabava com algumas de suas mordomias. Evitaram assim, por exemplo, perder seus funcionários. Na distribuição de vagas, a liderança do PT, que comanda 35 deputados, tem 30 assessores, enquanto o PC do B com seus 5 deputados, tem 11.

Até o direito de defender bobagem entrou na briga dos

deputados. A ideia de copiar na Câmara a "comissão guilhotina" do Parlamento francês não foi adiante, porque os deputados se sentiram censurados diante da possibilidade de uma triagem prévia dos projetos antes de encaminhá-los às comissões temáticas. No ano passado, 2.475 projetos foram apresentados e apenas 133 chegaram a ser votados. Neste ano, foram 974 contra 39 votações. O deputado Nelson Jobim (PMDB-SP) classificou o exagero em três faixas: projetos "estatística", "categoria" e "região". Na primeira, entram os que querem mostrar trabalho. O ex-deputado Dasso Coimbra (RJ), por exemplo, apresentou, na última legislatura, um projeto para cada um dos artigos da Constituição que precisa de lei regulamentar. O detalhe: cada um dos projetos se limitava a copiar o artigo da Constituição.

Na faixa "categoria", a listagem abriga, por exemplo, as homenagens, como a da criação do Dia do Forró ou do Policial Rodoviário. Os interesses das regiões geográficas ficam na terceira faixa. Mas todos têm dois objetivos: conseguir um impresso com o projeto para mandá-lo para "as bases" e garantir alguns segundos na Voz do Brasil, o programa de rádio oficial que alcança os confins do País.

Pianismo — "O que veio primeiro: o ovo ou a galinha?", perguntam os parlamentaristas, na tentativa de provar que o Congresso só terá chances de melhorar se o sistema de governo for mudado. A reforma da legislação eleitoral e partidária também é fundamental, para os integrantes da Frente Parlamentarista. Seus integrantes querem eleições mais transparentes e comprometidas — o voto distrital misto é a ideia dominante — e partidos mais fortes, em que a fidelidade partidária fique garantida. "Se esperarmos ter um Congresso perfeito para mudar, não mudaremos nunca", avalia o deputado Paulo Mandarino (PDC-GO), um dos responsáveis pela comissão que investigou o último caso de "pianismo" na Câmara — o de Nilton Baiano (PMDB-ES), que votou por um colega ausente no final do ano passado — e pediu punição. Viu a Câmara praticar o corporativismo e absolver o "pianista" sem nenhum constrangimento.